

## **PRECARIZAÇÃO ESTÁVEL-ESTABILIDADE PRECÁRIA – UM ESTUDO SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

Autora: Joana Alice Ribeiro de Freitas; [jo\\_freitas@yahoo.com.br](mailto:jo_freitas@yahoo.com.br)

O presente artigo apresenta elementos da precarização do trabalho de professores do ensino superior público federal. Levando-se em consideração especificidades dessa categoria de trabalho, são elencadas algumas características da precarização que dizem da realidade vivenciada por tais trabalhadores – sem que se desconsidere, com isso, o fato de que professores estão submetidos às mesmas condições de exploração de outras categorias de trabalhadores por conta do caráter de inerente competitividade do sistema de produção capitalista. Para tanto, foram utilizados os relatos de acolhimentos de professores que buscaram sua entidade representativa por conta de problemas laborais. Tais relatos foram sistematizados nos anos de 2012-13. Ainda que a precarização das condições de trabalho não figurasse como elemento central das queixas apresentadas pelos trabalhadores, observou-se que tais situações permeavam indiretamente as queixas dos mesmos. As discussões possibilitadas pelo cruzamento entre a teoria sobre o assunto e tais relatos permitiram compor tal categoria de análise com os seguintes elementos constitutivos: precarização estável-estabilidade precária, precarização do trabalho via Reuni, falta de condições de trabalho e degradação das relações de trabalho. Entendendo-se que a precarização do trabalho

se caracteriza pela intensificação (e ampliação) da exploração (e a expoliação) da força de trabalho, pelo desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; e pela fragmentação social nas cidades em virtude do crescimento exacerbado do desemprego em massa (ALVES, 2009, p. 189).

Em relação à precarização no trabalho dos professores, ela se apresenta como “*Precarização Estável*” e contempla duas dimensões: a estabilidade conferida pelo cargo público, e que poderia desacreditar a possibilidade de que o trabalho nas universidades é precário; e a precarização da estabilidade do trabalho docente, em virtude de se tratar de um espaço altamente burocratizado e que sofre a dificuldade de empreender mudanças em suas estruturas, inclusive, quando essas mudanças dizem respeito à diminuição da precarização.

**TABELA 01 – APRESENTAÇÃO DA CATEGORIA *PRECARIZAÇÃO ESTÁVEL***

<b>Título da Categoria: <i>Precarização estável/ Estabilidade precária</i></b>	
<b>Temas encontrados</b>	<b>Expressões</b>
Precarização estável-Estabilidade precária	Estabilidade na carreira Contratos de trabalho temporários (professores substitutos) Criação das próprias condições de trabalho Dificuldade em empreender mudanças

	Estágio probatório Produtivismo
Precarização do trabalho via Reuni	Ampliação de vagas Aumento da relação alunos por professor Metas de taxa de aprovação Discurso da eficiência Melhor aproveitamento de vagas, verbas e estrutura física
Falta de condições de trabalho	Falta de material de trabalho e equipamentos Falta de salas de aulas, de trabalho e laboratórios Sobrecarga de trabalho
Degradação das relações de trabalho	Competitividade Falta de apoio dos colegas Embate entre professores novos e antigos Conflito com colegas Desvalorização entre pares e valorização fora da Universidade Falta de reconhecimento

Fonte: a autora (2013).

### **Precarização do trabalho no sistema capitalista de produção**

A precarização das condições de trabalho no sistema de produção capitalista é uma constante com a qual trabalhadores de todos os segmentos produtivos têm que lidar, posto que

o capital tem a tendência a reduzir ao necessário o trabalho vivo diretamente empregado, a encurtar sempre o trabalho requerido para fabricar um produto – explorando as forças produtivas sociais do trabalho – e portanto a economizar o mais possível o trabalho vivo diretamente aplicado. (MARX, 1974, p. 97.)

Chama atenção os contornos assumidos por esse processo de precarização que mesmo presente desde as origens do capitalismo, sofreu metamorfoses, “em consequência dos processos históricos marcados por diferentes padrões de desenvolvimento, frutos das relações de força entre capital e trabalhadores.” (DRUCK, 2012, p. 38)

A tendência à precarização do trabalho no sistema de capital faz-se presente em escala global, mesmo que ela se expresse de maneira particular nos diferentes espaços. Fora do Brasil discute-se, entre outras tendências, (i) o ‘walmartismo’ no trabalho: modelo estadunidense que alia princípios tayloristas: como a busca incessante pelo aumento da produtividade e a divisão extrema de tarefas; e toyotistas: a exemplo do princípio do *just in time* e da busca pelo desperdício zero acompanhadas de remunerações baixíssimas (BASSO, 2012); e (ii) a formação de um conjunto de trabalhadores nomeados ‘precariados’: jovens europeus, altamente qualificados e desempregados que se encontram em situação de instabilidade por não conseguirem se inserir na ‘cidadania salarial’ (ALVES; FONSECA, 2012) – ambas as situações ocorridas nos países reconhecidamente pertencentes ao capitalismo central.

As discussões a respeito da precarização do trabalho no Brasil, por sua vez, devem respeitar as especificidades de nosso país e as diferenças deste em relação a outros, ainda que

todos façam parte do sistema de produção de capital. Sobre essa discussão, Druck (2012; p. 37) sinaliza que diante da precarização histórica e estrutural do trabalho no país se sobrepõe uma nova problemática que se instala nas esferas econômica, social e política, marcadas pelas “mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho, na legislação trabalhista e social, no papel do Estado e de suas políticas sociais, no novo comportamento dos sindicatos e nas novas formas de atuação de instituições públicas e de associações civis.”

Tratar-se-ia, portanto, de um velho e novo fenômeno em que se preconiza a flexibilização e a precarização do trabalho justificadas pelo capital como forma de “adaptação aos novos tempos globais” (DRUCK, 2012, p. 37). A terceirização denota, então, uma forma de dominação por parte do capital sobre os trabalhadores, uma vez que os divide em grupos de primeira e segunda classe e desrespeita direitos historicamente conquistados. Aos trabalhadores de ‘segunda classe’ reservam-se salários mais baixos, jornadas mais longas, desrespeito às normas de saúde e segurança, que acarretam maior número de acidentes de trabalho. A precarização a que se refere aqui passa a ser institucionalizada na atualidade enquanto processo social que desestabiliza as relações no trabalho “trazendo insegurança e volatilidade permanentes, fragilizando os vínculos e impondo perdas dos mais variados tipos (de direitos, do emprego, da saúde e da vida) para todos os que vivem-do-trabalho.” (DRUCK, 2012, p. 38).

Frente à crise estrutural do capitalismo e como uma das iniciativas ofensivas do capital, denota-se a franca deterioração das condições de trabalho, sob o discurso da necessidade de aumento da produtividade e da competitividade do capital. Antunes (2012) menciona, para além das terceirizações citadas por Druck (2012), o cooperativismo, o empreendedorismo e o trabalho voluntário enquanto modalidades de um tipo de trabalho informal e precarizado, mascarado ou mesmo invisibilizado. “A informalidade se verifica quando *há ruptura com os laços formais de contratação e regulação da força de trabalho*; pode-se dizer, portanto, que ela é a passagem para a condição de precariedade.” (ANTUNES, 2012, p. 44, grifo do autor).

O trabalho no sistema de produção capitalista tem passado por metamorfoses e vem se reestruturando para se adaptar às necessidades prementes do capital e manter esse sistema de produção como o hegemônico (FARIA, 2009). Ainda que as mudanças façam parte de uma tendência do capitalismo, percebe-se que nas últimas quatro décadas o contexto de crise exacerbou-se de tal forma a fazer com que a precarização se tornasse a regra e não a exceção (ANTUNES, 2012).

Nesse sentido, ressalta-se que as transformações sócio históricas vivenciadas, a partir da década de 1970, fazem parte da crise estrutural do sistema de capital, evidenciada a partir de uma grande recessão que atingiu os países do capitalismo central, mais precisamente, em 1973. Essa crise culminou em “uma redução de demanda de bens de consumo nos países desenvolvidos, associada a políticas restritivas no combate à inflação” (FARIA, 2004, p. 207), tendo impulsionado drásticas modificações no trabalho que influenciam sobremaneira sua conformação até a atualidade (ALVES, 2011).

No bojo de tais modificações, surge o complexo da reestruturação produtiva, que tem como algumas de suas características a mundialização da economia; a hegemonia do capital financeiro; a emergência de um novo tipo de empresa, com o aparecimento de novas formas organizativas e de gestão (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009; ALVES, 2011). Como alguns de seus impactos, ela afeta “as ocupações tradicionais, o conhecimento de ofício, a organização, o processo e as condições de trabalho.” (FARIA, 2004, p. 213).

As décadas de 1980 e 1990 marcam uma fase de debilitação do mundo do trabalho, seja pela proliferação de mais altos níveis de desemprego estrutural ou ainda pela disseminação do trabalho precário nos principais países capitalistas, “a expansão da insegurança do trabalho passou a ocorrer em diversos níveis: insegurança no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação e na representação.” (ALVES, 2011, p. 21), que constituem, de acordo com o mesmo autor, um novo (e precário) mundo do trabalho.

Conforme será exposto a seguir, percebe-se que a ofensiva do capital também se faz sentir no âmbito estatal, pois é na década de 1990 que se inicia, no Brasil, o movimento de Reforma do Estado que atingirá, entre outros segmentos, a educação (SGUISSARDI; SILVA JR., 2009).

### **Reforma do Estado e suas consequências na Educação**

O posicionamento que o Estado mantém frente a questões por ele assumidas - atividades das instâncias econômica, jurídico-política, ideológica e social - não é neutro, visto que este assume para si o papel de manter os interesses dominantes independente da gestão (governo) que assumo o controle. Será função do Estado fazer a mediação entre os interesses existentes e coordenar a manutenção do modo como a sociedade produz suas condições de existência, representado atualmente pelo capitalismo (FARIA, 2009). Isto posto, a Reforma do Estado e, por conseguinte, os reflexos da mesma na Educação devem ser entendidos sob esse prisma.

No governo de Cardoso, ainda na década de 1990, sob o discurso da eficiência e da responsabilidade social, “as universidades foram submetidas à mais drástica política de corte e ajuste de sua história, levando-as a tomar iniciativas para a captação de recursos junto a “clientes” e empresas.” (GOMES, 2008, p. 29). Presenciou-se, portanto, um corte no volume de recursos, até mesmo para recomposição de quadro de professores perdido em virtude das aposentadorias, fossem elas por tempo de serviço ou motivadas pela reforma da previdência ocorrida no governo de Cardoso (GOMES, 2008).

Os novos parâmetros desse subsistema, responsáveis pela reconfiguração do Ensino Superior brasileiro, têm como base a Reforma do Estado brasileiro, iniciada por Bresser-Pereira à época em que esse era responsável pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Essa reforma é compreendida como ofensiva do sistema de capital, posterior ao período denominado de Estado do Bem-estar Social, em que se construiu, nos países do capitalismo central, a artificialidade econômica do pleno emprego (CASIMIRO, 1986; CHAVES; MENDES, 2009).

No âmbito do Estado brasileiro, as modificações necessárias à recomposição do capital compreenderam inserir na administração pública o modelo gerencial de gestão, com o intento de, segundo um de seus ideólogos,

(1) tornar a administração pública mais flexível e eficiente; (2) reduzir seu custo; (3) garantir ao serviço público, particularmente aos serviços sociais do Estado, melhor qualidade; e (4) levar o servidor público a ser mais valorizado pela sociedade, ao mesmo tempo que ele valorize mais o seu próprio trabalho, executando-o com mais motivação (PEREIRA, 1995, p. 8, apud SGUISSARDI e SILVA JÚNIOR, 2009, p. 35)<sup>1</sup>.

Desta feita, observa-se a inserção de valores que objetivam a racionalização do serviço público, tal qual o fazem nas organizações privadas os diferentes modelos de gestão (DAL ROSSO, 2008).

O que se percebe, então, desde a década de 1990, com o governo de Cardoso até meados do governo de Lula é uma forte expansão do Ensino Superior em instituições privadas, a despeito da míngua a que estava submetido todo o Ensino Superior Público, no que diz respeito ao aporte de recursos federais. Muito do que se tem em termos de melhoria e manutenção da estrutura dessas últimas instituições, advém de financiamentos obtidos fora do âmbito da universidade, seja em instituições de fomento ou mesmo nas parcerias público-privadas (BOSI, 2007), culminando na precarização das condições de manutenção de todo o Ensino Superior Público.

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Luis Carlos Bresser. **A reforma do aparelho do Estado e a Constituição brasileira**, 1995.

Ao contrário das expectativas, o governo de Lula manteve linha de atuação relativamente parecida, com o sucateamento das universidades públicas, por meio da diminuição do aporte de recursos, e a expansão do Ensino Superior no âmbito privado. Essa última iniciativa se deu por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI), programa que oferecia renúncia fiscal a instituições que ofertassem bolsas a alunos carentes (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006).

### **Reforma do Ensino Superior e o Reuni**

Leher (1999) discute a influência do Banco Mundial no Ensino Superior brasileiro, propondo que a redefinição do sistema educacional faz parte do arranjo de metas proposto pelo mesmo em virtude da concessão de empréstimos. De acordo com a proposta oficial, sua meta é reduzir a pobreza no mundo, através dos financiamentos concedidos aos países em desenvolvimento. Tal organização, entretanto, “financiou um tipo de desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente, que ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente” (LEHER, 1999, p. 185). Isso se deu, principalmente, em decorrência da diretriz de crescimento econômico a qualquer custo, imposto pelo Banco aos países tomadores de empréstimos, haja vista que os empréstimos concedidos são vinculados ao cumprimento de condicionalidades. A influência do Banco Mundial possibilitou, portanto, a entrada do ideário neoliberal nos países periféricos, defendido por este, sendo que a educação, por seu turno, é um dos campos de atuação que foram privilegiados pelas diretivas externas do Banco – resultando na redefinição do sistema educacional evidenciadas nos diferentes países (LEHER, 1999; MICHELOTTO *et al.*, 2006).

As propostas de reforma para a Educação defendida pelo Banco Mundial, vale lembrar, priorizam o ponto de vista econômico e consideram-na na condição de capital, ou seja, duplamente instrumentalizam a educação, considerando a necessidade de desenvolvimento de pesquisa de ponta para atender o sistema produtivo nacional e transferindo a ‘posse’ do conhecimento do indivíduo para a empresa (LEHER, 1999).

Depreende-se, então, a interferência do Banco Mundial na Reforma do Ensino Superior brasileiro, tendo influenciado sobremaneira os contornos estabelecidos especificamente pela universidade pública na atualidade. Conforme já se destacou anteriormente, o programa denominado Reuni é uma das expressões da tentativa de expansão da mesma, o qual, por sua vez, apresenta, cinco anos após sua implementação, sérias consequências para as condições de trabalho de toda a comunidade acadêmica, não só dos

professores. O programa Reuni, portanto, não é o único responsável pelas atuais condições nas quais se encontram a universidade pública brasileira. Trata-se de apenas um exemplo da atuação do Estado frente à Educação, especificamente à Educação Superior e da forma como ela é (des)valorizada por este.

### **Panorama das Instituições Federais de Ensino Superior**

Sguissardi e Silva Júnior (2009) analisam a hipótese de que a Reforma da Educação Superior traz como corolário para os professores a intensificação, precarização e mudança qualitativa do trabalho. Sua análise privilegia também o incremento que teve a pós-graduação no ensino superior público no período entre 1995 e 2005, com especial atenção para as imposições externas das agências de fomento e avaliação, respectivamente, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por esse motivo, faz-se imprescindível analisar alguns aspectos levantados pelos autores a fim de entender o panorama estabelecido nacionalmente, a fim de subsidiar análise da universidade aqui estudada.

Após trilharem o caminho da expansão das instituições federais de ensino superior no Brasil, expondo dados sobre investimento, aumento de cursos de graduação e de pós-graduação e a evolução do número de alunos nas instituições, os autores fornecem a informação derradeira para relacionar expansão com precarização: em dez anos, de 1995 a 2005, o número de professores das Instituições Federais de Ensino Superior aumentou em 10%, enquanto houve aumento de 37,6% no número de alunos matriculados na graduação e 112% em crescimento de alunos em cursos de mestrado e doutorado. A proporção de técnico-administrativos, por sua vez, contraiu em 30% no mesmo período, número equivalente à queda no que se refere a recursos estatais investidos nessas instituições. A produção científica, em contrapartida, contou com um aumento da ordem de 40%<sup>2</sup> (SGUISSARDI; SILVA JR., 2009). O que se demonstra com esses números é o decréscimo do aporte de verbas por parte do Governo Federal, que culmina na diminuição de funcionários de apoio técnico-administrativo e no aumento pouco significativo na contratação de professores, acompanhado pela intensificação do trabalho, seja pelo aumento das vagas ofertadas na graduação e na pós-graduação ou pelo incremento da produção científica.

---

<sup>2</sup> Dados da região Sudeste levantados por Sguissardi e Silva Júnior (2009).

Esse panorama de decréscimo de investimento nas Instituições de Ensino Superior culminou o aprofundamento da precarização das condições de trabalho do professor. O programa de expansão denominado Reuni, ainda que atrelado a um conjunto de metas, representou para muitas instituições, inclusive para a Universidade Federal do Paraná, a possibilidade de aumentar o aporte de recursos para manutenção e melhorias de estrutura das universidades (TONEGUTTI e MARTINEZ, s/d). Ocorre que o acréscimo de verbas proposto por esse contrato de gestão, limita-se a 20% das despesas de custeio e pessoal, desde que sejam cumpridas as metas do contrato, e limitadas à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação (MEC). Valor esse que se mostra insuficiente para as necessidades das universidades (MANCEBO; SILVA JR.; OLIVEIRA, 2008).

Ainda no ano de 2007, Bosi (2007) já ressaltava a precarização das condições de trabalho como um problema vivenciado pelos professores do ensino superior. Tal crítica ocorre em período imediatamente anterior à implementação do programa de expansão do governo federal sob alcunha Reuni, principalmente por conta da proposta de ampliação da oferta de vagas, sem a contrapartida proporcional no aumento de contratações de professores e funcionários técnico-administrativos – sob a justificativa de melhor uso da estrutura pública. Não é de se estranhar, portanto, que as condições de trabalho nas IES tenham no mínimo se mantido precárias, se é que não foram ainda mais deterioradas.

O panorama de expansão do Ensino Superior acompanhado da diminuição de financiamento federal tem como corolário, conforme apontam Sguissardi e Silva Júnior (2009, p. 86), “a deterioração dos *campi*, das condições de trabalho, da qualidade das atividades-fim da instituição universitária e a necessidade de busca, pelos gestores dessas instituições, de formas alternativas e complementares de financiamento.”

Tais formas alternativas de financiamento são exemplificadas, principalmente, pela venda de serviços e consultorias, por meio das Fundações de Apoio Institucional, pelos contratos de gestão proposto pelo Governo Federal e pelo aporte de recursos a instituições de apoio à pesquisa (BOSI, 2007; LÉDA; MANCEBO, 2009; SGUISSARDI; SILVA JR., 2009).

Seja pela assunção de contratos de gestão pactuados com o governo federal ou pelo controle estabelecido pelas entidades de apoio à pesquisa, como o CNPq e demais fundações estaduais, cada vez mais o trabalho docente passa a ser avaliado por meios quantitativos – número de alunos em sala de aula, de disciplinas assumidas ou de trabalhos publicados. Em momento anterior, no final da década de 1990, nasce proposta que instaura a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), que se assemelha aos valores anteriormente citados. Por meio de



tal gratificação, parte da remuneração do professor passou a ser composta pela sua produtividade individual.

Criada como instrumento indutor de transformações das práticas docentes, ela estabeleceu que o valor de gratificação recebido pelos docentes dependeria de um sistema de pontuação que estabeleceria parâmetros para a avaliação da prática docente e conformaria uma determinada ideia do que deveria constituir a atividade de um professor universitário.” (LEHER; LOPES, 2008, p. 83)

Bosi (2007) concentra sua análise no perfil atual de pesquisa ditado por editais e nos impactos observados no fazer do professor. Primeiramente, o autor salienta a forma como se passa a mensurar a produção acadêmica, da qualidade para a quantidade de ‘produtos’.

Segundo o autor:

Essa dinâmica tem representado, na rotina do trabalho docente, não apenas uma assimilação desse padrão de produção (que em realidade é de produtividade), mas uma necessidade de criar as condições para a realização dessa produção já que, institucionalmente, os meios de produção acadêmicos (livros, laboratórios, computadores, equipamentos, bolsas etc.) foram (e continuam sendo) concentrados e disponibilizados para as áreas que conseguem inverter ciência e tecnologia para o capital. O resultado dessa política tem se materializado num crescimento cavalariço da produção e da produtividade acadêmica, cujo objetivo se encerra no próprio ato produtivo, isto é, ser e sentir-se produtivo. (BOSI, 2007, p. 1513)

### **Trabalho docente**

Inseridos no contexto mais amplo do mundo do trabalho e da Reforma do Estado, encontram-se os professores universitários das instituições públicas. Ainda que se considere que a organização do trabalho de tais profissionais seja diferenciada em relação a outras categorias de trabalhadores, não se pode prescindir do fato de que se está tratando de trabalhadores. Essa afirmação é feita, levando-se em consideração a concepção de que as relações no trabalho ocorrem a partir da troca (mesmo que desigual) entre os que detêm os meios de produção, os capitalistas, e aqueles que detêm tão somente sua força de trabalho, a classe trabalhadora (BRAVERMAN, 1987). Essa definição é importante para que se compreenda que, independente das características assumidas pela atividade laborativa dos docentes, tais profissionais não deixam de estar inseridos nessa relação de troca. São, portanto, trabalhadores e estão submetidos às transformações e precarizações empreendidas no âmbito geral do sistema de produção capitalista.

Destaca-se que está se tratando de uma categoria de trabalhadores que possui condições contratuais e salariais diferenciadas em relação a outros trabalhadores. Visto serem funcionários públicos, os docentes das universidades federais gozam de estabilidade no cargo após o período de três anos de estágio probatório, não estando submetidos à instabilidade nos moldes daquela vivenciada por trabalhadores contratados por contrato temporário, por exemplo, assim como outros trabalhadores da iniciativa privada, que podem ter seu cargo extinto em uma manobra de corte de pessoal. No que diz respeito à questão salarial, também

os professores universitários podem ser considerados em condição diferenciada se comparados àqueles trabalhadores que ganham salário mínimo – ainda que sejam relacionados como categoria desprivilegiada em relação a outros servidores públicos federais.

Isso não implica afirmar que a categoria docente não esteja submetida à precarização no trabalho, e muito menos, intenta-se realizar uma análise comparativa com outras categorias de trabalhadores. Destaca-se aqui, tão somente, que a precarização do trabalho docente assumirá contornos específicos que se explicitarão de acordo com as características do trabalho desses profissionais.

Bosi (2007) menciona a falta de estudos que tratem da precarização do trabalho docente, não pela via da flexibilização dos contratos – principalmente pela contratação de professores substitutos que possuem contrato de trabalho temporário –, mas da rotina do trabalho acadêmico. Por isso a importância de se problematizar não só o fazer acadêmico, como a proposta do autor<sup>3</sup>, mas também a estrutura física a que esses docentes têm acesso ao desenvolver suas atividades. Por isso, a compreensão do ambiente de trabalho e das condições em termos de estrutura física da Universidade Pública que aparecerão nos relatos assumem tanta importância.

A fim de que se empreenda análise da situação citada, faz-se mister considerar que o trabalho dos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) em geral e, por conseguinte, dos professores da UFPR é demarcado e influenciado pelas políticas públicas derivadas da Reforma do Estado e do subsistema da educação superior (SGUISSARDI; SILVA JR., 2009).

### **A precarização do trabalho docente via Reuni**

No que diz respeito às políticas públicas voltadas à Educação, uma das mais relevantes e recentes iniciativas no âmbito da universidade pública é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais, o Reuni. Esse programa, implantado em 2007, por meio do Decreto Presidencial nº 6.096, de 27 de abril de 2007, propunha o alcance de metas para o Ensino Superior Público no âmbito federal “relativas à abertura de novas vagas, às taxas de conclusão dos cursos e ao aumento gradativo da relação entre o número de alunos e professor estabelecidas nos projetos de cada universidade aderente” (BRASIL, 2007, p. 19). Entre as metas estão o incremento no número de matrículas em pelo menos 20%, da taxa de aprovação para 90% e da relação professor-aluno para 18 alunos para cada professor.

---

<sup>3</sup>Bosi (2007, p. 1505) considera como precarização do trabalho docente “a rotina das atividades de ensino, pesquisa e extensão que compõe propriamente o fazer acadêmico.”

Observa-se, nesse sentido, a proposta de ampliação do acesso à universidade por meio do discurso de aumento da eficiência no serviço público que impõe a ampliação do número de vagas sem a proporcional ampliação da verba, conforme proposta de Reforma do Estado brasileiro, acima mencionada.

**TABELA 2 – APRESENTAÇÃO DO TEMA ‘PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO VIA REUNI’**

<b>Título da Categoria: <i>Precarização estável/ Estabilidade precária</i></b>	
<b>Temas encontrados</b>	<b>Expressões</b>
Precarização do trabalho via Reuni	Ampliação de vagas Aumento da relação alunos por professor Metas de taxa de aprovação Discurso da eficiência Melhor aproveitamento de vagas, verbas e estrutura física

Fonte: a autora (2013).

O Reuni é, pois, destacado como um dos resultados de uma série de projetos voltados à reforma do Ensino Superior (LÉDA; MANCEBO, 2009). Esse processo deu origem ao que Sguissardi e Silva Júnior (2009) tratam como ‘nova universidade’, modelo que tem a pós-graduação como âmbito central, controlado por agências reguladoras e de fomento, e que requer dos professores uma nova sociabilidade produtiva baseada na atenção à pós-graduação e na produção em termos quantitativos, em detrimento, muitas vezes, do ensino na graduação, da pesquisa fora dos programas de pós-graduação e da extensão (SGUISSARDI; SILVA JR., 2009). Além de relacionar o programa Reuni com a Reforma do Estado é imprescindível também compreender especificamente qual a origem no âmbito mais amplo dessa política educacional que comprometerá as condições de trabalho às quais os professores universitários estão submetidos.

### **Precarização das condições de trabalho na UFPR**

**TABELA 3 – APRESENTAÇÃO DO TEMA ‘FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO’**

<b>Título da Categoria: <i>Precarização estável/ Estabilidade precária</i></b>	
<b>Temas encontrados</b>	<b>Expressões</b>
Falta de condições de trabalho	Falta de material de trabalho de equipamentos Falta de salas de aulas, de trabalho e laboratórios Sobrecarga de trabalho

Fonte: a autora (2013).

A aplicação desses elementos de gestão permeados pelo discurso da eficiência e da flexibilidade em um ambiente de trabalho que sofria com o aporte de recursos insuficientes e já se encontrava sucateado para as necessidades da universidade públicas foi catastrófico para as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na *falta de materiais de trabalho*. A expressão de tal precarização permeou as queixas de professores de determinado espaço da

Universidade que reclamaram de maneira generalizada sobre a falta de materiais de trabalho e de equipamentos, como computadores e impressoras, além de ausência de espaço adequado para se trabalhar, reunir-se com seus alunos ou descansar. Entre os relatos, destaca-se o desabafo de professor que denuncia haver nove professores dividindo uma mesma sala de trabalho, de aproximadamente vinte metros quadrados, com uso compartilhado de apenas três computadores. Quando há orientação de alunos, a mesma ocorre nesse espaço de uso coletivo, correndo-se o risco de atrapalhar o trabalho de outro colega e sem que haja privacidade.

A *falta de sala de aulas* é outro problema recente enfrentado pelos professores. Para suprir a falta de espaço, instalações fora da Universidade são utilizadas, situação essa que impõe a alunos e professores deslocamento do campus para outros locais com o uso de ônibus da Instituição. Nos ambientes em que não há falta de espaço, o que se evidencia é a deterioração. Há depoimentos da existência de salas de aula frias e mal arejadas. Em outro espaço da mesma observam-se os problemas abaixo denunciados:

falta de estrutura física, como laboratórios, bibliotecas, salas de aulas e até mesmo material básico de higiene, além de obras abandonadas, algumas há mais de dois anos. Além disso, houve um aumento considerável no número de alunos sem a contrapartida da realização de concurso público para a contratação de docentes e técnicos. (APUFPR-SSind, 2012).

As dificuldades concernem também ao apoio de funcionários técnico-administrativos. Segundo professores do mesmo espaço da Universidade, não há técnicos em número suficiente e, por isso, muitas das atividades administrativas são feitas pelos próprios professores.

A mesma situação de *falta de materiais e equipamentos de trabalho e de salas de aula e de laboratórios* é evidenciada por Zanin e colabores (2013). O referido artigo denuncia as condições de trabalho a que está submetida a comunidade acadêmica de campus avançado da UFPR, que sofre sobremaneira com a precária estrutura física. Nesse caso, professores, técnicos e alunos sofrem as consequências da expansão provocada pelo programa Reuni. Nesse campus avançado “o Reuni foi proposto para os docentes como sua última oportunidade de consolidarem o campus, com aumento significativo de recursos humanos e infraestrutura.” (ZANIN *et al*, 2013).

A *sobrecarga de trabalho* foi mencionada por professores dos mais diversos espaços da Universidade de maneira quase que generalizada. Os docentes queixaram-se do acúmulo de atividades – acadêmicas e administrativas – que ultrapassavam as 40 horas semanais do regime de trabalho para o qual foram contratados<sup>4</sup>. Entre os relatos, houve professores que mencionaram ter 48, 50 ou mais horas de atividades semanais, as quais não só não são pagas

---

<sup>4</sup> Contrato de trabalho da maioria absoluta dos professores com quem se obteve contato.

como não podem ser registradas no Plano Interno de Trabalho (PIT) da Instituição que limita o registro a 40 horas semanais. A respeito da intensificação do trabalho docente, Sguissardi e Silva Júnior (2009, p. 72-3) destacam:

A diminuição de um terço do quadro de funcionários e o aumento desproporcional de alunos em relação ao aumento do corpo docente explicam, para além da relação professor/aluno, o quanto o corpo docente necessita ocupar-se de tarefas que há algum tempo era desempenhadas por funcionários técnico-administrativos.

A discussão promovida pelos autores salienta duas faces da intensificação do trabalho docente, a diminuição no número de contratações, no que se refere ao apoio de técnico-administrativos, e o incremento no número de matrículas na graduação e na pós-graduação. O primeiro aspecto é facilmente relacionado ao discurso da suposta otimização do uso dos recursos públicos, por meio da ideia de se fazer mais com menos e da implementação de elementos da administração privada no setor público (DAL ROSSO, 2008). A respeito do último aspecto, denota-se o discurso da democratização do acesso, promovido tanto pelo governo de Cardoso, quanto pelo governo de Lula da Silva, e corporificado no Plano Nacional de Educação (PNE) com a meta de oferecer até o ano de 2011 acesso ao Ensino Superior para, pelo menos, 30% dos jovens em idade entre 18 e 24 anos (MANCIBO; SILVA JR.; OLIVEIRA, 2008).

Entre as atividades relatadas pelos professores, citam-se horas em sala de aula (ministrando disciplinas), orientações de trabalho de conclusão de curso e de iniciação científica, substituição de colegas em sala de aula, projetos de extensão, atividades da pós-graduação em geral. Destaca-se aqui, relato de até 25 horas-aula por semana somadas às demais atividades acadêmicas, assim como outro caso no qual houve o acúmulo de 7 orientandos entre mestrado e doutorado somadas às demais responsabilidades – nesse último relato, todas essas atividades eram aglutinadas num contrato de 20 horas semanais.

Muito embora se tenha tido contato com poucos professores com regime de trabalho de 20 horas semanais, destaca-se que esse tipo específico de docente experimenta um segundo problema: a compressão salarial. De acordo com Mancebo, Silva Júnior e Oliveira (2008, p. 18) “assiste-se, por um lado, à precarização e à compressão salarial, por outro [...], a intensificação da jornada de trabalho e a extensão da jornada têm assumido contornos do absurdo”. Essa tríade de elementos: precarização do trabalho, compressão salarial e intensificação da jornada de trabalho, evidencia-se no quadro de professores com regime de trabalho de 40 horas em dedicação exclusiva, mas expressa-se de forma mais extrema no contrato de trabalho de professores com 20 horas semanais.

Assim como esses últimos, os professores substitutos também se encontram em situação de *sobrecarga de trabalho* somada a outro fator de precarização, o contrato temporário. A condição dos docentes nesse regime específico de trabalho na Universidade é inerentemente precarizado, visto que seu contrato é provisório. Isso dificulta o desenvolvimento de projetos de longo prazo, uma vez que sua permanência na Instituição é transitória. Além disso, há o relato generalizado de que os professores em regime de 20 horas semanais são ‘auleiros’ e ocupam sua carga de horário semanal quase na sua integralidade com a oferta de disciplinas. Merece destaque também outra situação mencionada com frequência por professores e que chamou atenção. Trata-se da assunção de cargos administrativos, entre eles, coordenação de curso de graduação e de pós-graduação e chefia de departamento. Sobre esse aspecto, dois elementos importantes foram ressaltados. Em primeiro lugar, cita-se a *sobrecarga de trabalho* advinda da assunção de tais atividades; responsabilidades essas que, inclusive, não estão relacionadas à atividade-fim da docência, chegando até a atrapalhar o desempenho das mesmas. Mas as reclamações não param aí, cita-se ainda o fato de que a responsabilidade em se assumir cargo administrativo aconteceu com muita frequência no início da carreira na Universidade – principalmente em período de estágio probatório. O exemplo desse tipo de dinâmica advém de relato de professor que menciona ter sido aconselhado a assumir cargo de coordenação com menos de 6 meses de tempo de trabalho na Instituição. Essas situações exemplificam um tipo de *sobrecarga do trabalho* acompanhada de pressões sutis por parte dos colegas de trabalho.

O panorama acima delineado expressa os contornos estabelecidos nas condições de trabalho dos professores do Ensino Superior Público, no qual a sobrecarga de trabalho e a falta de materiais para realizar as atividades acadêmicas dão a tônica do cotidiano docente. Embora a análise da precarização das condições de trabalho seja sobremaneira importante para se conhecer melhor o trabalho docente, a análise acima empreendida resulta incompleta se desvinculada das possíveis consequências aos professores no nível das relações estabelecidas, seja entre pares, entre professores e a área administrativa da Universidade, entre outras.

Como se pode denotar dos relatos dos professores, esse contexto de trabalho não privilegia o bom relacionamento entre pares, uma vez que “resta aos professores desenvolverem suas próprias condições de trabalho, combinando “competição”, “empreendedorismo” e “voluntarismo”.” (BOSI, 2007, p. 1514). A próxima seção discutirá a

degradação das relações de trabalho, tendo como pano de fundo a precarização discutida até aqui.

### **Degradação das relações de trabalho**

A “precarização estável” mencionada no início desse artigo não atinge tão somente as condições físicas de trabalho dos professores. É constante, também, ainda que não unânime, a degradação das relações entre pares, fazendo com que o ambiente de trabalho, já precarizado fisicamente, torne-se também tenso e conflituoso.

**TABELA 4 – APRESENTAÇÃO DO TEMA: DEGRADAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

<b>Título da Categoria: <i>Precarização estável/ Estabilidade precária</i></b>	
<b>Temas encontrados</b>	<b>Expressões</b>
Degradação das relações de trabalho	Competitividade Falta de apoio dos colegas Embate entre professores novos e antigos Conflito com colegas Desvalorização entre pares e valorização fora da Universidade Falta de reconhecimento

Fonte: a autora (2013).

A tabela acima reapresenta elemento constitutivo da categoria da precarização no trabalho, a partir do âmbito das relações estabelecidas entre pares. As expressões da degradação das relações no trabalho foram identificadas nos relatos dos professores ao se manifestarem sobre o problema que os afligia, quando da procura da entidade representativa. Ao contrário do ponto anterior, a saber, a precarização das condições físicas de trabalho, que surgiu de maneira significativa nos relatos, porém periférica ou indireta, as dificuldades relativas às relações entre colegas de trabalho apareceu de maneira central nas queixas dos professores. O relato quase que generalizado foi da falta de apoio por parte dos colegas, que preferiram eximir-se das discussões que estavam sendo travadas. A convivência em tal ambiente de trabalho foi relatada pelos professores como um elemento de vulnerabilização de sua já frágil situação de trabalho.

Frisa-se uma vez mais que a separação entre precarização das condições físicas de trabalho e degradação das relações no trabalho é meramente didática e expositiva. O presente artigo filia-se ao posicionamento de que a tendência à precarização do trabalho inerente ao sistema capitalista de produção, a reforma do Estado, com consequências para o subsistema da educação, mencionadas anteriormente, levaram à universidade pública à míngua e trazem também consequências nefastas para as relações.

### **Degradação das relações de trabalho no sistema de produção capitalista**

As relações de trabalho podem ser entendidas como aquelas relações estabelecidas entre trabalhadores e entre trabalhadores e empregadores, condicionadas por distintas agências e instituições (FERRAZ; OLTRAMARI; PONCHIROLI, 2011). Trata-se do “conjunto de arranjos institucionais e informais que condicionam e alteram as relações sociais no local de trabalho” (FERRAZ; OLTRAMARI; PONCHIROLI, 2011, p. 226). Propor-se a discorrer sobre a degradação das relações de trabalho, significa, portanto, tratar da deterioração observada nas “leis que versam sobre direitos e deveres trabalhistas [...] [ou sobre] costumes e ‘princípios valorativos que fundamentam uma determinada cultura e uma ética do trabalho’” (FERRAZ; OLTRAMARI; PONCHIROLI, 2011, p. 226). O destaque do presente trabalho recai no último aspecto das relações de trabalho, sobre os quais versavam os relatos dos professores.

De acordo com Faria (2004), as modificações empreendidas na gestão do processo de trabalho, acompanhadas pela inserção de tecnologia de base microeletrônica, alteraram da maneira significativa a forma do trabalhador se relacionar com o seu fazer bem como com seus colegas de trabalho. Supostamente, concede-se aos trabalhadores maior autonomia sobre o seu trabalho, assim como o enriquecimento e o alargamento das tarefas. O poder decisório pretensamente dado aos trabalhadores não indica que os mesmos tenham adquirido controle sobre o processo de produção, pois a autonomia do trabalhador é institucionalizada e vai até o limite permitido pela organização. Esse novo modelo de gestão que confere autonomia aos trabalhadores nada mais é do que uma resposta à necessidade de modificação dos processos de gestão a fim de superar a defasagem do modelo taylorista-fordista frente à automação. A alta competitividade que se estabeleceu no processo de trabalho propiciou o desenvolvimento de atitudes empresariais cruéis para assegurar sua sobrevivência. Nesse contexto, ocorre a exclusão daqueles trabalhadores que por algum motivo não estejam aptos ou não deem conta da alta competitividade – mais experientes, mal preparados, desmotivados. Aos que se mantêm trabalhando, as exigências de dedicação, abnegação, entre outros ‘valores’, é cada vez mais intensa.

A competitividade frequentemente evocada nos trabalhadores tem como um de seus resultados a diminuição da confiança informal entre eles, conforme Sennett (2006), ou a destruição das solidariedades, de acordo com Dejours (2011).

As novas instituições, como vimos, não são melhores nem mais democráticas; pelo contrário, o poder centralizado foi reconfigurado, separando-se o poder da autoridade. As instituições são capazes de inspirar apenas uma lealdade débil, diminuindo a participação e a mediação de comandos, gerando níveis baixos de



confiança formal e níveis altos de angústia com a inutilidade. (SENNETT, 2006, p. 166-7)

Essa lealdade, por sinal, é estimulada quando diz respeito à relação do sujeito com a organização e em detrimento da lealdade entre colegas de trabalho, principalmente a partir do domínio psicológico (PAGÈS *et al.*, 2008).

As exigências feitas aos trabalhadores e os valores atualmente preconizados dificultam a efetiva colaboração entre pares. Para Seligmann-Silva (2011), a precarização social, ou seja, a fragilização do tecido social processa-se na atualidade nas mais diversas instituições, assim como nas situações de trabalho. A autora assevera que a precarização do trabalho, marcado ao longo da reestruturação produtiva pela flexibilidade e pela desregulamentação culmina na degradação das instâncias coletivas, que serviam de suporte ao trabalhador e provinham o respeito, a confiança e o reconhecimento entre os membros dos coletivos.

Estes eram os esteios para a construção coletiva de normas consensuais que constituíam, ao mesmo tempo, marco ético e uma referência para a atividade de trabalho fundamentada na *experiência de ofício*. Tais normas incluíam a segurança de todos e o trabalho bem-feito. (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 467)

A perda de espaço para esse tipo de construção coletiva, calcada na comunicação baseada na confiança e no respeito mútuo, amplia a possibilidade para que impere a desconfiança, tendo sérias consequências na vida afetiva e na subjetividade.

### **Degradação das relações de trabalho na UFPR**

As mudanças presentes no mundo do trabalho têm combinado os elementos da precarização com outros da excelência, fazendo da competitividade uma das constantes presentes da dinâmica das organizações, de forma que “em nome da excelência, têm sido minadas as barreiras morais e aberto o espaço ao consentimento das ações perversas.” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 237). No serviço público e, especificamente, no trabalho dos docentes do Ensino Superior Público, por conseguinte, não tem sido diferente. Apontam-se aqui algumas especificidades nesse processo, que segue, em linhas gerais, os moldes do que se presencia no mundo do trabalho em geral.

Bosi (2007) é um dos autores que relacionará a precarização das condições de trabalho com a competitividade estabelecida no âmbito acadêmico. Segundo o autor, esta última se estabelece, principalmente, por conta de um outro valor impulsionado nas últimas décadas no fazer do professor: o *produtivismo*. Os docentes passam a ser avaliados pela quantia de ‘produtos’ que conseguem finalizar em determinado período de tempo, de acordo com avaliações periódicas, e se relacionam com seus pares tendo esse parâmetro como valoração do trabalho do colega e comparação com os mesmos. A relação entre precarização e competitividade também é feita pelo autor, levando-se em consideração que à medida que os

recursos para manutenção de condição mínima de funcionamento dos espaços das universidades advêm dos contratos estabelecidos nas parcerias público-privadas, assim como de editais promovidos pelos órgãos de fomento nacionais e estaduais, cria-se entre os professores um clima de competição, além de promover a ideia de empreendedorismo aos professores, que devem, eles próprios, criarem suas condições de trabalho.

Nesse sentido, combinam-se duas dinâmicas de funcionamento bastante distintas, uma vez que ao mesmo tempo em que convivem com o funcionamento interno das universidades marcado pela rigidez, pela forte hierarquização e pela burocracia no seu funcionamento, características essas que conferem certa morosidade a qualquer procedimento iniciado e estabelecido na Universidade, habitua-se também com a rapidez e forte estabelecimento de prazos estabelecidos pelos órgãos de fomento. Sob esse aspecto, tece-se um paralelo com análise empreendida por Sennett (2007) ao comparar a realidade de trabalho de duas gerações distintas de trabalhadores: numa delas, a mais antiga, o trabalhador vive num mundo altamente burocrático, no qual se sabe exatamente o que se deve fazer e acaba-se por se estabelecer uma narrativa linear e cumulativa; na outra, por sua vez, preconizam-se a flexibilidade, o respeito a prazos limitados estabelecidos externamente, por outros agentes, num fluxo de ‘curto prazo’.

Ocorre que as relações estabelecidas nesse ambiente de trabalho que convive tanto com a estrutura rígida, quanto com valores flexíveis trará consequências também para as relações entre os docentes, que passam a ser valorizadas de acordo com outra lógica, a do utilitarismo. Amíúde, os docentes acabam por estabelecer relações com colegas de trabalho que possam, de alguma maneira, serem úteis para se atingirem determinados objetivos dentro da Universidade. Sennett (2007) observará que as transformações vivenciadas no mundo do trabalho nos últimos anos, que enfatizam a flexibilidade não só nas relações de trabalho, mas também nos vínculos estabelecidos entre as pessoas fora dele, influenciará de tal forma que noções de longo prazo, como carreira, amizades e demais vínculos perdem o sentido, sendo substituídas por relações curtas e rápidas. A “força dos laços fracos”, conceito de Mark Granovetter para discutir as redes institucionais modernas, é emprestado por Sennett (2007) para dizer “[d]as formas passageiras de associação [que] são mais úteis que as ligações de longo prazo, e em parte que fortes laços sociais como a lealdade [que ] deixaram de ser atraentes.” (p. 25). Em outros termos, denota-se aqui a ideia de que as relações têm sido estabelecidas, no mais das vezes, de forma utilitarista e volátil, por conta principalmente da

*competitividade* e do *individualismo* valorizadas no âmbito das relações pessoais e de trabalho.

Nesse sentido, denota-se relato de professor que se sentiu “esmagado e perseguido” por colegas de trabalho que demonstraram hostilidade frente ao alcance de financiamento via parceria público-privada. Nesse mesmo caso, houve também tratamento diferenciado ao professor que obteve melhorias para o seu espaço de trabalho por meio da mesma parceria. A *competição* é, de acordo com o relato, uma das situações enfrentadas no ambiente de trabalho e a diferenciação entre quem participa e quem não participa desse tipo de projetos faz com que a relação entre os colegas de trabalho seja prejudicada.

Competir com os colegas de trabalho, seja por financiamentos externos, seja pela conquista de visibilidade nos espaços internos à Universidade, ou mesmo na tentativa de se preservar para não trabalhar em demasia, é também uma forma de degradação das relações entre pares. O *individualismo* foi um dos problemas visíveis nos relatos dos professores que assinalaram a dificuldade em se acionar os colegas em situações de dificuldades. A adoção desse mecanismo denota o quanto o coletivo de trabalhadores está desestruturado na Universidade e quanto a falta de solidariedade se naturaliza nas relações (DEJOURS, 2011).

Para Seligmann-Silva (2011, p. 463) o fato de que a noção de individualismo possui em si uma dupla significação; ao mesmo tempo em que denota a ideia de emancipação e oportunidade de firmar-se enquanto singularidade, também tem a possibilidade de levar a uma dupla destruição: seja ela pela desfiliação “resultante da perda de vinculações sociais que ofereciam suporte à integração” ou pela vulnerabilidade “constituída [no] pertencimento social, que para muitos se transformou em imenso isolamento e solidão”. Dessa forma, tem-se que ao mesmo tempo em que se observou uma libertação dos indivíduos, houve também a desestruturação do corpo social. No âmbito do trabalho, especificamente, o individualismo está em alta nas organizações, ainda que acompanhado de um discurso paradoxal acerca do trabalho em equipe, e tem a capacidade de desagregar coletivos de trabalho.

A *falta de apoio entre colegas*, citada de forma significativa nos relatos dos docentes, é entendida tão somente como uma expressão da degradação das relações entre pares, derivada, por sua vez, de elementos como o *individualismo* e a *competitividade*. Cita-se o caso de determinado docente que relatou vivenciar conflito com discente que apresentava baixo rendimento em suas disciplinas, tendo sido reprovado mais de uma vez em disciplina por ele ministrada. O conflito se intensificou, passando a envolver a chefia de departamento e quando o mesmo assunto foi discutido no coletivo de professores, vários outros colegas, que também

experienciavam problemas com o rendimento acadêmico do discente não só não se manifestaram na discussão coletiva, como recusavam-se a efetivar a reprovação para evitarem confusão com o aluno. O professor diz ter se sentido desamparado pelos colegas que, ainda que estivessem em situação parecida, não quiseram se manifestar a seu favor.

Segundo Dejours (2012), a cooperação entre colegas de trabalho é a forma tomada pelo trabalho coletivo efetivo, ou seja, aquele que se afasta da coordenação e do trabalho prescrito. Para o autor, o trabalho coletivo implica a mobilização de uma série de inteligências individuais que contribuirão para uma dinâmica coletiva comum. Para que isso ocorra, é preciso dar visibilidade à inteligência particular, ou seja, tornar inteligível aos outros o seu modo particular de trabalho, dar visibilidade a quais regras são seguidas e quais regras são transgredidas. Expor-se de tal maneira aos colegas de trabalho demanda que se tenha confiança nesse coletivo de trabalhadores, uma vez que impões riscos:

risco, em primeiro lugar, de revelar os meandros do ofício e que os demais deles se apropriem; depois, risco de expor, ao lado de toda a minha engenhosidade, as falhas de meu saber-fazer, minhas imperícias, até mesmo as infrações às regras que cometo; por fim, risco que os outros se sirvam dessas informações contra mim. (DEJOURS, 2012, p. 80)

Discutir os diversos modos operatórios particulares demandará também a existência de um espaço de deliberação – constituído tanto por espaços formais, quanto por espaços informais de discussão – e a posterior adoção daqueles que trazem mais vantagens ao trabalho, em detrimento dos desvantajosos. Não se trata, portanto, de um elemento que possa fazer parte do trabalho prescrito, mas sim de um mecanismo que escapa à procedimentalização (DEJOURS, 2011).

A análise dejouriana propõe a interpretação de que diante do cenário atual do trabalho, a solidariedade tem se deteriorado visivelmente, relacionando-se principalmente com a competição permanente a que estão submetidos os trabalhadores e com a falta de espaço de discussão, fazendo com que a cooperação, mecanismo frágil que é, ainda que espontâneo, deteriore-se nos mais diversos ambientes de trabalho:

Despolitização, desestruturação das solidariedades, solidão no meio da multidão... tudo isso leva, inevitavelmente, a um recolhimento no espaço privado. E este não oferece os meios defensivos tão vigorosos para a cooperação, nas estratégias coletivas de defesas elaboradas de forma solidária na luta pela saúde. O individualismo é uma derrota e não um ideal. (DEJOURS, 2011, p. 26).

Essa derrota aparece nos relatos de docentes que comentam sobre a *dificuldade de conseguir apoio entre colegas* de departamento, mesmo aqueles que percebem as injustiças que são cometidas nesse espaço da Universidade. Dessa forma, percebe-se que a falta de

cooperação específica ao fazer do professor é acompanhada também da falta de mobilização dos colegas frente a injustiças assistidas na Universidade.

Professor menciona ter sido sabotado pelo chefe do departamento, que levou à reunião de colegiado uma carta anônima contendo reclamações contra o professor, supostamente escrita por um aluno do curso. Todas as reclamações foram rebatidas pelo docente, inclusive com provas. Seus pares, pertencentes ao mesmo departamento, não demonstraram apoio ou rebateram as críticas levantadas pelo chefe do departamento, mesmo que supostamente concordem com ela ou não acreditem nas acusações deste último. Apreende-se aqui a dificuldade em mobilizar o coletivo de trabalho (DEJOURS, 2012), principalmente quando o apoio pode suscitar tomada de posicionamento e, conseqüentemente, possa trazer a possibilidade de entrar em conflito, seja com alunos, com outros pares ou com outras instâncias da Universidade.

Não foram apenas as situações de conflito que transpareceram *falta de apoio entre os colegas*. Em determinada situação, professor relata ter assumido a coordenação da pós-graduação seis meses após ter tomado posse em seu concurso na Universidade. Dez dias após assumir o cargo, recebeu avaliação da Capes que rebaixava a nota do programa. Nessa ocasião, teve de elaborar documento com pedido de reconsideração da nota pela Capes, mesmo sem conhecimento de diversas informações sobre o trâmite. Tentou entrar em contato com outros colegas para tanto, mas não obteve resposta ou apoio de nenhum de seus colegas com mais tempo de instituição. A elaboração do documento foi feita por ele praticamente sem apoio, tendo contato apenas com o auxílio da ex-coordenação do programa. O professor comenta que esse foi o primeiro momento de desamparo sentido por ele enquanto professor dessa Universidade.

Conquanto haja registros de diversos casos de descompensação entre os professores da Universidade que mantiveram contato com o Sindicato, acredita-se que há um mecanismo, citado com frequência pelos professores, que minimiza esse tipo de consequência. Trata-se da *valorização obtida fora da Universidade*. Ou seja, muitos dos docentes mantiveram a confiança na efetiva contribuição de seu trabalho em virtude de prêmios recebidos, convites para estabelecer parcerias com outras universidades e para participar de eventos, bom relacionamento com a comunidade científica de sua área, entre outras. A *desvalorização entre pares*, ainda assim, incomoda e traz constrangimentos, uma vez que os colegas de Universidade são aqueles com quem são divididos não só o espaço de trabalho, como também o cotidiano laboral.

A análise da precarização do trabalho docente, seja pela falta de condições de trabalho, pela sobrecarga de trabalho ou pela degradação das relações entre pares denota algumas especificidades vivenciadas pelos docentes do ensino superior público federal. Conhecer tais condições pode servir como um primeiro passo para ensejar modificações nessa realidade.

### Referências bibliográficas

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, Giovanni; FONSECA, Dora. Trabalhadores precários: o exemplo emblemático de Portugal. **Margem esquerda – ensaios marxistas**. Boitempo editorial, 2012. v. 18. p. 31-36.
- ANTUNES, Ricardo. A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. **Margem esquerda – ensaios marxistas**. Boitempo editorial, 2012. v. 18. p. 42-47
- CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. Acumulação capitalista, emprego e crise. In: CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. **Acumulação capitalista, emprego e crise**: um estudo de caso. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 25-53.
- BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.28, n. 101, p. 1503-1523. Set./Dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000400012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000400012&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 de agosto de 2012.
- BRAVERMAN, 1987. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MENDES, Odete da Cruz. REUNI: o contrato de gestão na reforma da educação superior pública. In: XXIV Simpósio Brasileiro, III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, 2009, Vitória. Direitos Humanos e Cidadania - desafios para as políticas e a gestão democrática da educação. Rio de Janeiro: **Cadernos ANPAE** nº 8, 2009. p. 1-14.
- DAL ROSSO, Sadi. A diversidade da intensificação do trabalho. In: DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 149-188.
- DEJOURS, Christophe. **Trabalho vivo**: trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012. v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Avant-propos* para a edição brasileira. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (orgs.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2011. p. 23-30.
- DRUCK, Graça. A metamorfose da precarização social do trabalho no Brasil. **Margem esquerda – ensaios marxistas**. Boitempo editorial, 2012. v. 18. p. 37-41.
- FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa**: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Economia Política do Poder**. Curitiba: Editora Juruá, 2004. v. 1 e 2.
- FERRAZ, Deise Luiza da Silva; OLTRAMARI, Andrea Poletto; PONCHIROLLI, Osmar. Gestão de pessoas e relações de trabalho: conceitos e questionamentos. In: FERRAZ, Deise Luiza da Silva; OLTRAMARI, Andrea Poletto; PONCHIROLLI, Osmar (orgs.). **Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 225-235.
- GOMES, Alfredo Marcelo. As reformas e políticas da educação superior no Brasil. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; e OLIVEIRA, João Ferreira de (orgs.). **Reformas e políticas**: educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Editora Alínea, 2008. p. 23-51.

- LEHER, Roberto. Um novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, 3. 1999. p. 19-30.
- LEHER, Roberto; LOPES, Alessandra. Trabalho docente, carreira, autonomia universitária e mercantilização da educação. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; e OLIVEIRA, João Ferreira de (orgs.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2008. p.73-96.
- MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; e OLIVEIRA, João Ferreira de. Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; e OLIVEIRA, João Ferreira de (orgs.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2008. p. 7-20.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974. v. 3.
- MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO Maria Amélia Zabbag. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar em Revista**. Curitiba: Ed. UFPR, 2006. p. 179-198.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SGUISSARDI, Valdermar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.
- TONEGUTTI, Cláudio Antonio; MARTINEZ, Milena. A universidade nova, o Reuni e a queda da universidade pública. Disponível em: [http://www.adufrj.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=407&Itemid=206](http://www.adufrj.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=407&Itemid=206). Consultado em: 04 de maio de 2012.
- ZANIN, Fernanda da Conceição; FREITAS, Joana Alice de; KÜNZLE, Luis Allan; TOSTES, Raimundo Alberto. REUNI no Campus de Palotina da UFPR: Trabalho Docente e Ação Sindical. In: **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 51, março de 2013.